

Comentário X

Silvia Regina Ferraz Petersen

Programa de Pós-graduação em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O texto do professor Ronaldo Vainfas nos oferece uma excelente oportunidade para refletir sobre uma das questões mais importantes da historiografia contemporânea, tão rica em novos temas como a História da Vida Privada, das Mentalidades e da Vida Cotidiana, para citar apenas três de grande interesse. Refiro-me a que, principalmente desde os anos 80, está ocorrendo com as novas temáticas o que provavelmente é um processo normal (mas sujeito a "acidentes de percurso") de formação de um novo campo de conhecimento: começam a se construir ao mesmo tempo um novo objeto e os discursos teóricos que dele tratam.

O problema é quando esse processo não avança para uma construção teórica mais elaborada, com contornos mais precisos, capaz de alavancar investigações que ultrapassem o âmbito da apropriação empírica. Boa parte destes novos objetos, campos de investigação, temas ou territórios de pesquisa (Vainfas observa com acuidade este sintoma de indefinição na História da Vida Privada) vem emergindo no âmbito da Nova História que, tal como o grupo dos *Annales*, não fez da reflexão teórica um de seus "combates pela história". Eis aí colocado um impasse que merece mais atenção dos historiadores e para cujo debate este trabalho de Vainfas é uma oportuna contribuição.

O texto chama atenção inicialmente para a ausência completa da vida privada, – seja como objeto, como problema ou ângulo de abordagem – na trilogia *Faire de l'Histoire*, (hoje considerada o manifesto inaugural da Nova História), problemática esta que só foi incorporada nos anos 80, do que resultou a publicação em 1985 da notável *História da vida privada*, dirigida por Georges Duby e Phillipe Ariès.

1. O tema da vida cotidiana foi por mim trabalhado em dois projetos consecutivos de pesquisa: "O cotidiano: fundamentos teórico-metodológicos e problemas para seu estudo" (CNPq) e "O querer viver cotidiano. Análise da vitalidade cotidiana que se manifesta desde a resistência à ordem social estabelecida até a criação de novas formas de sociabilidade" (CAPES). Resultados destas pesquisas são, entre outros os seguintes artigos: "Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana" (Petersen 1992), "Michel Maffesoli: um teórico da vida cotidiana" (Petersen 1993), "A renovação da historiografia e a temática da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos" (Petersen 1994).

É neste *corpus* que Vainfas analisará o que considera a indefinição dos contornos teórico-metodológicos do objeto vida privada. Esta observação, que se enriquece com vários matizes ao longo do texto, sinaliza o ângulo pelo qual pretendo fazer meu comentário: *a importância da reflexão teórica como caminho para romper com o senso comum no conhecimento histórico*. Assumir isto, que aponta para uma perspectiva científica do trabalho historiográfico, pode parecer "démodé" em alguns ambientes acadêmicos, mas estou disposta a correr o risco.

Concordo integralmente com a avaliação de Vainfas sobre a imprecisão teórica com respeito ao tema "vida privada". Acho, no entanto, que este é apenas um caso dentro de uma tendência: poderíamos dizer o mesmo em relação às mentalidades (sobre as quais Jacques Le Goff escreveu um texto não casualmente intitulado "Mentalidades: uma história ambígua" – Le Goff 1988: 68-83) e sobre a vida cotidiana (que estudei com muito interesse exatamente pela indefinição com que este objeto era abordado em nossa historiografia)¹.

Parece que nas últimas décadas, especialmente na historiografia tributária da Nova História francesa, há mais uma preocupação com novos temas do que a busca de soluções para os complicados problemas da produção do conhecimento histórico. É visível a inovação temática que a historiografia vem experimentando, mas não creio que se possa afirmar o mesmo quanto à reflexão teórico-metodológica.

A pergunta que então se coloca é: até que ponto uma definição teórica consistente é um requisito necessário para a produção do conhecimento de um determinado objeto? Não se trata aqui de desenvolver um texto de epistemologia, mas preciso enunciar minha posição neste particular para poder prosseguir no comentário. Participo da concepção de que o objeto imediato do conhecimento histórico, isto é, os materiais – "fatos", "acontecimentos" – a partir dos quais o conhecimento é produzido têm uma existência real, mas aparecem ao observador sob sua forma fenomênica. Por trás da conduta dos agentes sociais, por trás das instituições, é necessário buscar as relações, as determinações (não confundir com determinismos) que os fazem aparecer desta forma e não de outra.

Mas se os fatos possuem uma existência real, no entanto só se tornam cognoscíveis como resposta a perguntas, através das quais adquirem sentido, não um sentido imanente a eles, mas um sentido atribuído pela intervenção do investigador. Os mesmos materiais, os mesmos fatos, a mesma cadeia de relações e condições históricas podem ser significadas diferentemente, dependendo da questão que lhes é colocada pelo investigador. É ele que tem o poder de selecionar, dentre muitos sentidos possíveis, os que vão significar o fato.

E como sabemos desde a crítica ao positivismo, estes significados são atribuídos até mesmo quando o historiador supõe estar recolhendo "dados", exercendo uma apropriação objetiva sobre aquilo que é oferecido à sua observação direta.

Para romper a visão aparente, para que a significação não dissolva o real na consciência inteiramente subjetiva, arbitrária, opinativa, terá importância decisiva a pergunta que se formule, tomada esta expressão no sentido mais amplo de caminho da construção do conhecimento. Ela pode ser enunciada simplesmente dentro de formas espontâneas de conhecer, de noções puramente empíricas, de sentido comum, sem saber exatamente de onde procede e por isso

mesmo sem saber até onde poderia conduzir o conhecimento do objeto. Esta forma de proceder cristaliza, via de regra, as formas exteriores, aparentes, do objeto, sem alcançar sua estrutura constitutiva. Por isso também se torna impossível qualquer dispositivo de controle que se pretenda fazer atuar sobre o método de investigação e sobre o conhecimento produzido. Os resultados deste processo não ultrapassarão o nível do senso comum, que, se é absolutamente suficiente para orientar o ser humano na maior parte de suas práticas, não o é quando se trata de entender os complexos processos sociais.

Não se pode esquecer, como observa E. P. Thompson, referindo-se ao conhecimento histórico (mas que pode ser lido como uma diretriz epistemológica mais ampla), que

“O passado humano não é uma agregação de histórias discretas e sim um conjunto unitário de comportamentos humanos em que cada aspecto se relaciona de determinadas maneiras com os outros, analogamente a como os atores individuais entram entre si em determinadas relações (...) Na medida em que estas ações e relações dão origem a mudanças, que se convertem em objeto de investigação racional, podemos definir esta soma como um processo histórico, quer dizer, uma soma de práticas ordenadas e estruturadas de maneira racional. Se bem esta definição se formula como resposta à pergunta colocada, não se “inventa” o processo (...). Os processos acabados de mudança histórica, com suas intrincadas relações causais, ocorrem de verdade e a historiografia pode entendê-los mal ou falseá-los, mas não pode de nenhuma maneira modificar o estatuto ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é alcançar esta verdade da história” (Thompson 1981: 70).

O trecho de Thompson aponta para a questão da diferença de estatuto gnoseológico do conhecimento produzido: os relatos não se equivalem; há um processo social concreto, acontecido, que legitima ou não o relato. Se vários relatos diferem sobre um determinado objeto, isto não significa que todos sejam aceitáveis. Se pudermos mostrar que um relato permite explicar os fenômenos correspondentes de uma forma em que outros não podem fazê-lo, será estabelecido o relato científico.

O que foi desenvolvido até aqui justifica a reivindicação da mediação teórica na produção do conhecimento e a necessidade de construção, no caso da vida privada, do seu campo conceitual. É através da orientação que este proporciona em um primeiro momento que o investigador poderá empreender a tentativa de ultrapassar a visão aparente, de significar os dados de forma a conferir-lhes sua dimensão adequada dentro de um quadro geral de significados que se aproxime do sentido real dos fatos.

Assim, descartando qualquer posição que considere a possibilidade de eliminar a subjetividade do conhecimento, entendo, no entanto, que cabe à mediação dos instrumentos analíticos – conceitos, categorias, hipóteses e teorias – o papel de conduzir a investigação, de, sem eliminar a subjetividade, permitir que ela seja reconhecida. Em resumo, estou apontando para a importância crucial da construção do objeto teórico como forma de ruptura com o sentido comum.

Justiça se faça a Duby, que reconheceu no “Prefácio” de sua obra ser ainda a vida privada um domínio incipiente do conhecimento histórico, carente de pesquisas que a então recém-publicada coleção desejava estimular. Mas apesar disso, como observa Vainfas, o conceito “vida privada” permanece aí em

um nível muito grande de imprecisão, prestando portanto escassos serviços analíticos. Afinal, quais são as relações significativas da vida privada? Existirá alguma forma de hierarquia entre elas, sendo umas mais importantes que as outras? Como se organizam, se reproduzem e se transformam? Que relações existem entre a esfera privada e a esfera pública, etc., etc.? Dito de forma muito simplificada, trata-se de indagar, afinal, o que é a vida privada. A apropriação do senso comum, da observação direta, parte de outra pergunta, que remete a uma via descritiva: o que há na vida privada?

Este tipo de apropriação também costuma definir o objeto *pele que ele não é* ou *por aquilo que lhe é oposto*. Outra possibilidade ainda é confundir o objeto com o cenário que lhe é próprio, tipo um palco onde certa trama se desenvolve, sem definir precisamente de que trama se trata. Mas estabelecer qual é o cenário por excelência da vida privada, qual é seu território, não esclarece o que é a vida privada, e sim onde ela ocorre.

Vainfas identifica com muita propriedade algumas destas manifestações da imprecisão conceitual. Assim, para definir a vida privada, Duby procede pela via de *dizer o que ela não é*, desejando que não se confunda com a história da vida cotidiana, com a história do indivíduo e com a esfera pública, que considera campos distintos de investigação.

Para Duby, a vida privada seria objeto de uma área particular, uma zona de intimidade oferecida ao recolhimento, o *lugar* (doméstico, íntimo), da familiaridade. Localiza no plano doméstico o cenário por excelência da vida privada.

A imprecisão na definição do objeto também permite que temas não necessariamente pertencentes à vida privada aí sejam colocados ou com ela confundidos. Como diz Vainfas, referindo-se a alguns textos do volume 5,

"Basta conferir: são textos sobretudo preocupados com identidades culturais e as relações de alteridade e não propriamente com a vida privada. E se fôssemos adotar um excesso de rigor, outros textos há, noutros volumes, dos quais se poderia dizer: o tema é a vida privada, mas o assunto é outro" (p. 23).

E também há o caso de artigos que se inscreveriam no campo mais geral da Nova História Cultural ou da velha História das Mentalidades.

Vainfas ainda assinala que

"... não se percebe um critério homogêneo na concepção da obra que oriente a enunciação dos assuntos: o volume 1, por exemplo, divide os temas que lhe cabem a partir de subperíodos históricos (Antiguidade Tardia, Alta Idade Média Ocidental) ou de sociedades compreendidas no período maior (Império Romano, Bizâncio); já os volumes seguintes dividem os assuntos a partir de critérios temáticos a juízo dos autores, e nem sempre de modo claro" (p. 20).

Eu interpreto esta pulverização de recortes como outro efeito dos vagos contornos teóricos do objeto.

Quero comentar o já referido viés que Vainfas observa na *Introdução* de Duby: definir a vida privada por aquilo que ela não é. Assim, a vida privada não é a vida cotidiana, não é a vida individual e não é a vida pública. Se esta forma de operar não resolve o problema da definição do objeto, tem em todo o

caso a utilidade de fazer aparecer algumas falsas oposições que não ocorrem na vida real. Tal é o caso da divisão entre “público” e “privado” ou entre “vida privada” e “vida cotidiana”.

Não tenho muito espaço para aprofundar esta questão, mas mesmo brevemente, quero observar que a cisão entre o público e o privado é um fenômeno histórico, que se generaliza na sociedade com o surgimento do capitalismo. Não são esferas estanques: esta separação é ideológica; a sociedade é que “vive” o público (que seria o político, o institucional, o lugar onde a história acontece), como seccionado do privado, (que seria o reino da intimidade, o apolítico, o fora da história).

Uma observação neste sentido aparece na abertura do artigo de Antoine Prost, “Fronteiras e espaços do privado”, no volume 5 da coleção:

“A vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública. A vida privada só tem sentido em relação à vida pública, e sua história é, em primeiro lugar, a história de sua definição: como evoluiu a distinção entre a vida privada e a vida pública na sociedade francesa do século XX? Como o domínio da vida privada variou em seu conteúdo e abrangência? Assim, a história da vida privada começa pela história de suas fronteiras” (Prost 1992, v.5: 15).

Esta perspectiva de análise, que prossegue no referido artigo, não é no entanto apropriada por Duby ao caracterizar a vida privada.

Um outro exemplo no mesmo sentido são as *Introduções* de Roger Chartier aos capítulos do volume 3, onde retoma alguns eixos do pensamento de Ariès (que havia falecido) sobre a vida privada e de onde selecionei o fragmento abaixo:

“... as principais problemáticas que ajudaram a construir este novo tema e que estão presentes no próprio projeto de Phillipe Ariès (...) baseiam-se numa afirmação comum, qual seja, que os limites móveis da esfera do privado – quer abranja a quase totalidade da vida social quer, ao contrário se restrinja ao foro íntimo, doméstico e familiar – dependem antes de tudo da maneira como se constitui, em doutrina e em poder, a autoridade pública e, em primeira instância, aquela reivindicada e exercida pelo Estado. É, pois, a progressiva construção do Estado moderno (...) que se revela condição necessária para se poder definir, pensar como tal ou apenas vivenciar de fato um privado doravante distinto de um público claramente identificável” (Chartier 1991, v.3: 22).

Como lembra Vainfas, o principal mentor da *História da vida privada* foi Phillipe Ariès. É nele que se encontram as reflexões mais consistentes e articuladas sobre a vida privada concebida como problemática.

Apesar deste decisivo aporte e de outras reflexões teóricas esparsas que encontramos em diferentes artigos, mas sobretudo nas *Introduções* de cada volume ou capítulos da coleção, elas não conseguem se articular em um discurso teórico que defina de modo mais consistente o objeto real, a vida privada.

Duby limitou-se a reconhecer, no volume 1, a indefinição do objeto, idéia que reforça no volume 2 :

"Insisto em que se trata de uma exploração pioneira, muito tateante, incerta. Que o leitor não espere encontrar aqui um quadro acabado. O que vai ler, incompleto e recheado de pontos de interrogação, não passa de um esboço (...) este livro pretende sobretudo incitar ao prosseguimento da pesquisa e, para isso, demarca um campo de trabalho" (Duby 1992, v.2: 9-10).

No entanto, nas observações que Duby faz sobre o caráter incipiente dos estudos sobre a vida privada, não existe nenhuma referência a que a continuidade deste trabalho passe necessariamente por procedimentos capazes de construir seu correspondente objeto teórico.

De qualquer maneira, preciso ressaltar que embora considere esta questão da maior importância para que o trabalho do historiador não mergulhe no subjetivismo e no relativismo, seria previsível a ausência de uma contribuição mais decisiva de Duby neste sentido, pelo simples fato de que ele se coloca em outra posição quanto ao conhecimento histórico. Se examinamos um pouco a trajetória de Duby para além da obra agora em discussão, veremos que as questões da epistemologia não pertencem explicitamente ao seu campo de preocupações. Lembro o que escreveu em *História e Nova História*:

"... fomos descobrindo que a objetividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador, põe na sua escrita muito de si próprio. (...) O que ele enuncia, quando escreve história, é seu próprio sonho. (...) O que é o acontecimento? É alguma coisa que existe porque se fala dele (...). Parcialmente fui tendo a consciência das relações existentes entre meu discurso e o que se passa no fundo de mim próprio; o sentimento da subjetividade da história é alimentado em mim, penso eu, por esta experiência. (...) Para que serve a história? A história é, antes de mais, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer aos outros" (Duby 1986: 7, 11-2, 14).

E em seu texto *A História, um divertimento, um meio de evasão, um meio de formação*, também encontramos:

"Quanto aos problemas da "encenação" do texto historiográfico, tal como o evocaram a propósito da *La Bataille de Bouvines*, eu digo que a maneira como organizo meus textos testemunha, em primeiro lugar, uma certa humildade para com a informação, a consciência que tem o historiador de só poder atingir parte da realidade e, por consequência, de preencher forçosamente os vazios com o que imagina" (Duby 1984: 42).

Vainfas também analisa a dissociação entre vida privada e vida cotidiana observada em Duby e retomarei um ângulo desta análise porque me permite outra observação sobre a necessidade de referenciais teóricos bem estabelecidos.

Ele observa que vida cotidiana, em Duby, é uma noção com estatuto epistemologicamente inferior ao de vida privada, aparentemente identificada a uma leitura microscópica da história e por isso descartada. O alvo específico desta rejeição parece ser a coleção *História da vida cotidiana*, publicada pela Hachette desde 1938. Le Goff também lhe moveu dura crítica em artigo publicado em 1980 ("A história do cotidiano") afirmando que nela, ao lado de grandes livros, encontram-se "obras medíocres, que mais não são do que uma poalha de anedotas, de dados dispersos, de instantâneos, que nada têm a ver

com o verdadeiro cotidiano e, ainda menos, com a história". No caso de Le Goff, ao que parece, o que se rejeita é menos a operacionalidade da noção de cotidiano do que uma visão particularista e descritiva da vida cotidiana. No mesmo artigo de 1980, Le Goff defendeu a validade do conceito de cotidiano, desde que "integrado a uma análise dos sistemas históricos".

O parágrafo acima permite constatar, por um lado, que a desqualificação do estatuto epistemológico da vida cotidiana em Duby se deve a um critério extra-teórico, a presumida mediocridade da coleção da Hachette apesar de haver nela também textos antológicos, resultantes de exaustiva pesquisa e muito inovadores para sua época. Por outro, a validade operacional que Le Goff atribui ao conceito não o exclui de manter o mesmo nível de indefinição teórica que verificamos em Duby quanto à vida privada.

Como considero existirem muitos pontos de contato entre as trajetórias da construção destes "novos objetos", vida privada e vida cotidiana, quero fazer referência a dois textos de Le Goff que, revelando a erudição e o brilho que costumam caracterizar seus trabalhos, são no meu entender frágeis quando se trata de enunciar um discurso teórico sobre a vida cotidiana. Para ser bem sintética e com a intenção apenas de justificar minha apreciação, no primeiro deles, *A História do Quotidiano* (mencionado por Vainfas), Le Goff reivindica uma história da vida cotidiana que seja ciência:

"[...] essa vida cotidiana em migalhas [da coleção Hachette] não é ciência" ou "o cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos que contribuem para explicar seu funcionamento ou "cabe ao historiador fazer desse dado, o vivido cotidiano da história um objeto científico".

Apesar desta declarada reivindicação de estatuto científico, as referências teóricas que deveriam lhe dar sustentação são confusas e imprecisas, como o parágrafo final do texto:

"... a história do cotidiano é uma visão autêntica da história porque representa uma das melhores formas de abordagem da história global, na medida em que atribui a cada ator e a cada elemento da realidade histórica um papel, no funcionamento dos sistemas, que permite decifrar essa realidade".

Poder-se-ia argumentar que um fragmento é uma base muito exígua para uma afirmação tão taxativa. Mas quem se reportar ao artigo de Duby verá que ele não foi deslocado indevidamente.

No segundo trabalho, *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*, quero destacar que ao longo de suas 253 páginas a palavra cotidiano aparece exatamente onze vezes. Apesar do título, o vocábulo não possui centralidade no conteúdo da obra; poderia ser suprimido sem que nenhuma explicação importante se perdesse. Além disso, seu sentido vai deslizando por "banalidade e regularidade" (p.26), "o que é mais concreto" (p.158) "o aspecto da história que é captado com a ótica da etnologia" (p. 194), "a vida material" (p. 196) . Finalmente, o próprio plano do livro merece alguns comentários, pois tal como Vainfas bem observou na *História da vida privada*, há artigos que fogem completamente à esfera da vida cotidiana – seja qual for o sentido que se lhe atribua – como é o caso dos artigos finais, que trazem à discussão temas que já

pertencem ao "livro de memórias" da Escola dos *Annales*: o tempo breve e o tempo longo, a questão do político como "ossatura" da história, encerrando com uma entrevista dada por Le Goff sobre o livro de Huizinga, *O declínio da Idade Média*.

Talvez a questão da imprecisão teórica deva ser também remetida a uma outra ordem de explicações, que resumirei dizendo que o tema da vida privada tem sido trabalhado em outras ciências sociais, mas parece que os historiadores da Nova História – apesar de seus alegados esforços interdisciplinares –, têm tomado em pouca conta estas contribuições.

Embora o que esteja em pauta neste momento seja o trabalho dirigido por Duby, de algum modo a crítica se estende a uma considerável parcela da comunidade dos historiadores, que freqüentemente desconhece reflexões teóricas provenientes de outras ciências sociais sobre estes "novos" objetos que, afinal, não são sua propriedade exclusiva. Esta aproximação é necessária até mesmo para constatar as lacunas, limites e zonas inconclusas que tais abordagens possuem. A este respeito quero fazer um comentário proveniente de minha pesquisa sobre a vida cotidiana. Constatando a apropriação geralmente descritiva deste tema na historiografia brasileira, procurei investigar o que ocorria em outras áreas e mais do que poderia imaginar, descobri um amplo leque de questões que tem sido objeto de análise de filósofos, sociólogos e antropólogos e cujo âmbito, perspectivas de aproximação e parentesco com campos teóricos instituídos, varia enormemente. Há numerosos autores não historiadores cujos trabalhos poderiam influir fortemente na reflexão historiográfica (mostrando com isso também como é artificial a divisão das ciências humanas). Assim, para o caso da vida cotidiana, com exceção talvez de Agnes Heller, pouco se recorreu na historiografia brasileira aos trabalhos de Karel Kosik, Henri Lefevbre, Claude Javeau, Yves Chalas, Erving Goffman, Michel Maffesoli, para não referir ao próprio Michel De Certeau, cuja *Invenção do cotidiano* só recentemente foi traduzida ao português.

Também quero chamar atenção para o tributo que prestamos à historiografia francesa no que respeita aos "novos objetos", o que obscurece outras vertentes historiográficas. No caso da vida cotidiana, caberia lembrar no mínimo a historiografia alemã (o extenso movimento *Alltagsgeschichte*, que por sua vez se serviu abertamente das idéas de E.P. Thompson) e a italiana (inicialmente nos *Quaderni storici*).

Para o tema da vida privada, embora a bibliografia seja igualmente numerosa, destaco apenas a obra de Jurgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, que discute as contraposições entre público e privado, remontando à Antiguidade, mas centrando sua análise na gênese da esfera pública burguesa. É certo que este autor, bem como Norbert Elias são referidos por Roger Chartier na já citada "Introdução", mas como ele mesmo reconhece, tais perspectivas são resumidas *grosso modo*.

Talvez isto explique um pouco o fato de que os trabalhos voltados para algum destes "novos objetos" tenham um viés acentuadamente descritivo, pois em muitos casos se colocam à margem desta significativa e às vezes bastante complicada discussão teórica.

O comentário que vim realizando tem como centro a questão da construção do objeto teórico, apontando, portanto, para uma perspectiva

científica na abordagem destes novos temas que a historiografia vem trabalhando.

No entanto, isto não significa que, ao pensar na construção da vida privada como um objeto teórico, não perceba um desdobramento desta questão (poderia dizer o mesmo em relação à vida cotidiana) que no mínimo matizaria o que escrevi antes e que resumidamente enunciarei assim: *o paradigma da ciência ao mesmo tempo indispensável e insuficiente para o conhecimento da vida privada*. Indispensável porque nele se estabelece a necessidade de ultrapassar a visão empírica do senso comum; insuficiente porque ignora o estatuto do senso comum como uma forma de conhecimento legítima e como forma de pensamento por excelência da vida privada.

Esta discussão das relações entre ciência e senso comum (que cada vez se faz mais presente do debate epistemológico contemporâneo), seria cabível com relação à vida privada por seu próprio conteúdo, onde a subjetividade, a empatia, o imaginário, fenômenos minúsculos, os sentimentos constituem um desafio à lógica das construções teóricas de tradição racionalista. Para tal objeto, (a vida cotidiana estaria no mesmo caso), se poderia perguntar qual é o valor epistemológico de conceitos "duros", produzidos para expressar fenômenos estruturais, quando do que se trata é de expressar objetos plenos de ação, o campo subjetivo, os chamados "objetos moles".

Mas se seguindo este raciocínio adotamos abordagens compreensivas, fenomenológicas, de legitimação do senso comum como forma de conhecimento, observa-se que as análises micro-orientadas acabam por tornar-se micro-centradas, desconhecendo o espaço das condições estruturais e que o objetivismo estrito cede lugar ao subjetivismo que não se reconhece como tal.

Se uma das críticas que se faz às pretensões de cientificidade do conhecimento histórico é a tendência a produção de estruturalismos de vários tipos, mecanicistas e de racionalidade estrita, prescindir desta forma de conhecimento tende a instaurar vários tipos de subjetivismo, onde a explicação se dá pela via da impressão, empatia ou intuição, abrigando com frequência um suposto irracionalista.

Resumidamente, estes são os termos de uma questão que está instalada não apenas no âmbito da produção do conhecimento histórico mas pertencente ao conjunto de efeitos da chamada crise da modernidade. Não pretendo avançar neste terreno porque é uma discussão que está ainda sujeita a muitos desdobramentos e os próprios autores que têm pensado as relações entre ciência e senso comum reconhecem que, neste momento, ainda ficam por determinar seus meios de abordagem². Quis, no entanto, incluir em meu comentário uma breve referência a isto que em falta de melhor nome chamo de "impasse paradigmático", pois certamente ele incide na questão do conhecimento de objetos como o que nos ocupa neste comentário: a vida privada.

Como escreveu Luiz Felipe Falcão,

"A crise dos referenciais teóricos tem o mérito de liberar o pensamento dos moldes que viciavam suas operações e inibiam sua criatividade. Isto é certamente positivo. No entanto, caberia enfatizar que os resultados obtidos não podem se deter na improvisação, na imitação, no engodo e mesmo no arrivismo. E, contra isto, não há

2. Ver, neste sentido, a opinião de Boaventura de Souza Santos com relação ao encontro da ciência com o senso comum. Ele refere-se à "dupla ruptura epistemológica" através da qual se procederia a uma transformação tanto do senso comum como da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para que se constitua uma ciência, mas deixa o senso comum intocado, a segunda transformaria o senso comum com base na ciência. Com esta dupla transformação, propõe-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída (Santos 1989: 34-5).

antídoto melhor que uma sustentação teórica consistente e uma metodologia precisa. Se a demolição de referenciais mais antigos pode representar um benefício, não há porque orgulhar-se de não dispor de qualquer referencial" (Falcão 1990).

Creio que posso encerrar aqui meu trabalho. Como a minuciosa análise de Vainfas sobre a vida privada contém muitas possibilidades de abordagem, procurei realizar o comentário a partir do que considere mais próximo de minha experiência.

Os pontos que destaquei, as interrogações que levantei e as associações que pretendi estabelecer no decorrer do comentário não me impedem, no entanto, de concordar ainda uma vez com o que escreve o professor Ronaldo Vainfas e que cito como conclusão:

"As possibilidades que oferece uma História da Vida Privada estão, porém, acima de qualquer crítica que se possa aqui fazer. Defende-se bem esta história. Basta ver o verdadeiro programa de pesquisa traçado por Ariès no terceiro volume da série, herdeiro de estudos seus e de outros, e certamente inspirador de novas investigações. Basta ver a plêiade de trabalhos dos volumes 4 e 5 da mesma coleção, enfrentando problemas de evidente relevância e ressonância editorial. Não por acaso, a *História da vida privada* é um sucesso mercadológico, verdadeiro *best seller*, e não só na França, apesar de ser muito francesa. Traduzida em várias línguas e países, inclusive no Brasil. Seria injusto atribuir tal êxito apenas a um fenômeno de mídia, embora ela tenha contribuído, em certa medida, para tanto. É que, queira-se ou não, o problema da privacidade, em conexão com o da cultura, desponta, neste fim de milênio, como problema inquietante, seja para os historiadores de ofício, seja para os leitores de história" (p. 25).